



# Câmara Municipal de Varginha

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº06/2023

### **DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO FORMAL DE IMPEDIMENTO TÉCNICO NO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA FINS DE CONCESSÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO.**

O Povo do Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal,

#### **APROVOU:**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o reconhecimento formal de impedimento técnico no cumprimento dos requisitos de acessibilidade, exigidos pela legislação em vigor, aos estabelecimentos de saúde privados já instalados em imóveis e edificações localizadas no Município, **para fins de concessão de alvará sanitário.**

**Parágrafo único.** O reconhecimento formal será admitido somente para aqueles estabelecimentos cujos imóveis e edificações, até a data de 01/01/2016, contavam com o alvará de *Habite-se* e a prova do funcionamento da atividade sujeita ao controle e fiscalização sanitária.

**Art. 2º** O requerimento de reconhecimento oficial de impedimento técnico na adequação da edificação deverá ser instruído pelo interessado com os seguintes documentos:

I – matrícula ou transcrição atualizada do imóvel, expedida em até 90 (noventa) dias;

II – documentação pessoal do proprietário do imóvel ou do representante legal e do locatário, se for o caso;

III – alvará de “*Habite-se*”;

IV – alvará de localização e funcionamento que comprove o funcionamento da atividade sujeita ao controle sanitário antes de 01/01/2016;

V – alvará de vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, ou autorização do Corpo de Bombeiros Militar, devidamente atualizado, quando for o caso;

VI – relatório circunstanciado elaborado e assinado por profissional habilitado, instruído com a anotação de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica – ART/RRT, indicando a impossibilidade técnica de adequar o imóvel às exigências previstas na lei para garantia de acessibilidade, considerando, para tanto, a época da construção, as condições estruturais, a dimensão do imóvel e demais peculiaridades do caso.

**Parágrafo único.** Os documentos deverão ser dirigidos ao Setor de Vigilância



## Câmara Municipal de Varginha

Sanitária que promoverá a sua análise, bem como realizará a vistoria no estabelecimento a fim de atestar as condições informadas no relatório circunstanciado.

**Art. 3º** Os estabelecimentos que comprovarem a impossibilidade técnica de adequar o imóvel às exigências previstas na legislação para garantir a acessibilidade, deverão celebrar termos de parceria ou de cooperação com os estabelecimentos que já estejam certificados pelos órgãos competentes, a fim de utilizar instalações e equipamentos para atender pessoas com deficiência.

**§ 1º** Os termos de cooperação ou parceria devem preencher os requisitos de validade previstos no Código Civil Brasileiro e seu objetivo deve permitir que os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, que comprovarem a impossibilidade técnica, obtenham o alvará sanitário, desde que firmem o compromisso de oferecer seus serviços às pessoas com deficiência em outro estabelecimento parceiro e acessível.

**§ 2º** No alvará sanitário do estabelecimento que comprovar a impossibilidade técnica e que tenha sido concedido nos termos desta Lei, deverá constar que o estabelecimento parceiro é acessível e o seu respectivo endereço.

**§ 3º** O termo de parceria ou de cooperação será apresentado com os documentos especificados no art. 2º desta Lei.

**§ 4º** A cooperação ou parceria será feita apenas entre os estabelecimentos que exerçam as mesmas atividades.


**§ 5º** Os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde que se enquadrarem nesta Lei, deverão afixar, em local visível, placa informativa com a identificação da parceria ou cooperação e cujas especificações e dizeres serão definidos pelo Setor de Vigilância Sanitária.


**Art. 4º** A observância das disposições estabelecidas nesta Lei é de responsabilidade exclusiva de cada estabelecimento.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Câmara Municipal de Varginha, 08 de novembro de 2023.  
141º da Emancipação Política Administrativa do Município.**

**APOLIANO DE JESUS RIOS**  
Presidente

  
**CARLOS ROBERTO RODRIGUES**  
Vice-Presidente

  
**REGINALDO TRISTÃO**  
Secretário





# Câmara Municipal de Varginha

## COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2023, DE AUTORIA DO EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO FORMAL DE IMPEDIMENTO TÉCNICO NO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA FINS DE CONCESSÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO".**

O presente Projeto visa conciliar o direito à acessibilidade com o exercício da livre iniciativa e o acesso digno ao trabalho.

Não se descarta que a acessibilidade é um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de Participação social, mas que deve se conciliar com outros princípios e garantias fundamentais previstos em nossa Carta Republicana.

A ausência de alternativas técnicas para a adequação predial onde é prestado serviço de saúde tem impedido a emissão de alvará sanitário e, conseqüentemente, limitado o princípio da livre iniciativa e do acesso ao trabalho, pois impede que os profissionais da área de saúde possam manter em funcionamento seus estabelecimentos e a oferta de serviços, cuja ampliação favorece certamente, toda coletividade.

Tendo em vista que o projeto estabelece para que os estabelecimentos que já estiverem em atividade antes da entrada em vigor da Lei Federal nº 13.146/2015 possam obter o respectivo alvará sanitário, desde que certificada, por profissional habilitado, a inviabilidade técnica na adequação ou ampliação predial para atender às normas de acessibilidade atualmente vigentes, e que celebrem, obrigatoriamente, termo de parceria ou cooperação com estabelecimentos do mesmo ramo de atividade cujo espaço seja acessível. Relatamos **Parecer favorável** ao Projeto de Lei, que se encontra revestido das formalidades legais e constitucionais.


**Sala das Comissões da Câmara Municipal de Varginha,**

**em 30 de outubro de 2023.**

  
**CRISTOVÃO VILAS BOAS**

**Vereador Relator**

De acordo:

  
**ZILDA MARIA DA SILVA**  
**Vereadora**

  
**THULYO PAIVA MACHADO**  
**Vereador**